



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: O QUE ORIENTA SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE?

NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE: MISSING IN GUIDELINES ON BODY, GENDER, SEXUALITY AND SEXUAL EDUCATION?

Welson Barbosa Santos¹

<http://orcid.org/0000-0002-6118-2296>

Fernanda Monteiro Rigue²

<http://orcid.org/0000-0003-2403-7513>

Polly Ana Rodrigues Ferreira³

<https://orcid.org/0000-0001-9382-20432>

Resumo:

O presente estudo atenta para o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com vistas a identificar como ela se relaciona com as discussões de corpo, gênero e sexualidade. Por meio de um estudo de abordagem qualitativa, ensaia-se, por meio de uma análise de discurso, acerca do documento, juntamente com a atenção para a materialidade analítica dos escritos de estudantes de graduação de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública brasileira. Emerge do estudo o silenciamento da BNCC referente às discussões interseccionais que envolvem corpo, gênero e sexualidade. Ademais, a partir da escrita de discentes de licenciatura, percebe-se a urgência do cultivo de práticas que contribuam, de fato, para que estudantes do nosso tempo possam experimentar situações de autocuidado, autoformação, empatia e cooperação, combatendo preconceitos, violências e intolerâncias.

Palavras-chave: BNCC; corpo; gênero; sexualidade; orientação sexual.

Abstract:

The present study pays attention to the document of the National Common Curricular Base (BNCC), with a view to identifying how it relates to discussions of body, gender and sexuality. Through a study with a qualitative approach, it is tested through a discourse analysis, about the document, together with attention to the analytical materiality of the writings of undergraduate students of a degree course in Biological Sciences at a Brazilian public university. The silencing of the BNCC emerges from the study regarding intersectional discussions involving the body,

¹ Professor Adjunto III no Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal – ICENP, Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Ituiutaba/MG, Brasil.

² Professor Adjunto I no Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal - ICENP - Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Ituiutaba/MG, Brasil.

³ Estudante de graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU Campus Pontal. Ituiutaba/MG

gender and sexuality. In addition, based on the writing of undergraduate students, how urgent it is to cultivate practices that actually contribute so that students of our time can experience situations of self-care, self-training, empathy and cooperation, combating prejudice, violence and intolerance.

Keywords: body; gender; sexuality; sexual orientation.

INTRODUÇÃO

O presente estudo emerge da intenção de traçar como o documento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) se relaciona com as discussões de corpo⁴, gênero⁵ e sexualidade⁶. Este é o documento que norteia e orienta as instituições escolares, as práticas educativas e, portanto, ajusta os currículos dos diferentes Estados brasileiros. Reconhecendo-o dentro dessa importante influência nacional, é que ele adquire destaque neste estudo. Ademais, tal empreendimento se alia com escritos de estudantes de graduação de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública brasileira, com intento de reconhecer de que forma tais discussões têm impactado (direta ou indiretamente) a vida de futuros/as professores/as.

Michel Foucault (2007), filósofo e pensador francês, esclarece, em uma série de publicações, que nós, seres humanos, fomos e continuamos sendo ‘moldados’ a partir de princípios de diferentes instituições, como é o caso da igreja, da escola e da família. Historicamente, temos cultivado/reproduzido noções hegemônicas, estáticas, e supostamente neutras que são perpetuadas, de geração em geração – por diferentes instituições que encontramos ao longo da vida. Portanto, a escola, enquanto instituição – formada por estruturas curriculares, também pode ser pensada a partir de um território de múltiplas contradições, tendo em vista que ao mesmo tempo em que multiplica conhecimentos científicos e históricos, institui uma série de noções de verdade/normatividade acerca de temáticas transversais da existência humana, a exemplo, corpo, gênero e sexualidade. Por sua vez, esse mesmo espaço curricularizado de reprodução impensada de normatividades, também pode se tornar um espaço de mudança e permanente tensionamento, consoante sinaliza Tomaz Tadeu da Silva (2007).

⁴ Conforme Friedrich Nietzsche, o corpo trata-se de um fenômeno múltiplo, marcado por uma série de relações de forças (ativas e reativas). Gilles Deleuze (2018), ao escrever acerca dos conceitos pensados por Nietzsche, aponta que “O que define um corpo é a relação entre forças dominantes e forças dominadas. Toda relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político” (p. 56).

⁵ Para Foucault (2007), a sexualidade não é elemento rígido e possuidora da maior instrumentalização. Sabe-se que ela tem sido utilizada em diferentes manobras, apoiando e servindo de articulação nas diversas estratégias. Há também o entendimento de que sexualidades e o gênero são dispositivos históricos em grandes redes de superfícies, a estimular corpos, intensificar prazeres e incitar discursos. Vale considerar que o poder que incide sobre esses corpos nesse campo não é repressivo ou opressivo, pois sua maior força está na riqueza produtiva gerada entre poder e resistência, mesmo que colocado no privado.

⁶ Referente a um melhor entendimento sobre gênero, de forma objetiva, os estudos nessa seara compreendem relações entre o masculino e o feminino na cultura e na sociedade. A discussão surgiu nos Estados Unidos da América (EUA), sendo decorrente do desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas nos anos 1960, mais bem discutido a partir da década de 1970, tendo por referência e marco a revolução do *soutien*. Influenciado pelo pensamento de Judith Butler e Michel Foucault, a temática, a partir dos anos 1980, passou a agregar questões como o debate sobre masculinidade, o feminino e identidade (SANTOS, 2016).

Dessa forma, este estudo inicia com o recorte de um trecho elaborado por um/a licenciando/a que tem por propósito mobilizar uma série de relações de forças que acionam o pensamento em torno de implicações políticas e sociais de corpo, gênero e sexualidade:

Era uma das primeiras semanas de aula naquela turma, juntos construindo conceitos de que a escola e o professor precisam ser espaço e agente de ações acolhedoras, diante dos dilemas e conflitos de adolescentes escolares. Naquele dia, escutei de um dos estudantes, um rapaz tímido que pouco falava, que houve um momento na vida dele que quis muito ser acolhido pelos professores, diante de tamanho conflito de sua identidade que vivia dentro de si mesmo sem poder falar a ninguém. Que não recebeu isso na escola, de seus professores, embora foi o convívio com os colegas o que o fazia se sentir menos agredido. Ele diz: mas quero ser um professor diferentes dos que passaram por mim, quero ouvir com sensibilidade e acolhida os meus alunos, independente de qual seja seu conflito (Participante 63).

Nesse caminho, quando lemos “Naquele dia, escutei de um dos estudantes, um rapaz tímido, que pouco falava. [...] houve um momento na vida dele que quis muito ser acolhido pelos professores, diante de tamanho conflito de sua identidade [...] que vivia dentro de si mesmo sem poder falar a ninguém”, é possível considerar que havia ali um corpo em tensionamento com sua percepção identitária, questionando-se, sem saber onde ou como lidar, administrar as próprias dúvidas. Nessa mesma linha de raciocínio, o recorte “[...] só conseguia me sentir acolhido na escola” mostra-nos o papel, o desafio, o modo como a escola, enquanto espaço de convivência, mesmo com todas as suas contradições (FOUCAULT, 2007), pode ser território de fuga por permitir o silêncio, principalmente se os conflitos, conforme o próprio estudante afirma, o faça ficar dentro de si, guardado em seu silêncio que, muitas vezes, o machuca, fere e até tira o sentido e gosto de viver (SANTOS, 2016; SANTOS et al, 2019).

Diante da escrita que aponta para uma situação de vulnerabilidade, cabem alguns questionamentos: como preparar professores/as para serem acolhedores/as na relação que estabelecem com seus/suas estudantes, no cotidiano de sala de aula? De que maneira legitimar professores/as e suas ações e ajudá-los/as a reconhecer e melhor entender as diferentes e emergentes questões que envolvem as novas gerações, em tempos de identidades fluidas e voláteis, consoante Hall (2008) sinaliza?

O contemporâneo é marcado pela massificação das informações, conforme escreve Byung-Chul Han (2022), época de excesso de digitalização que impulsiona o panóptico e os infômatos que nos aprisionam na infosfera algorítmica. Em dadas situações⁷, tal contexto de excesso de ordem digital, exposição e informação, pode contribuir para agravar conflitos que estão no campo subjetivo do ser, das dúvidas do sujeito em relação à construção de si, porque elas estão postas e são reforçadas em espaços cujos debates podem não cumprir seu papel primordial, a formação do

⁷ Nas conceituações de Bienzobás (2021), a atualidade tem sido marcada pelo uso da internet e uma exposição nunca vista de corpos e condutas. Se as redes sociais digitais desempenham papel significativo no cotidiano de milhões de pessoas, inclusive de adolescentes, isso também os tem levado a situações com as quais não conseguem lidar, a partir da exposição de suas imagens e do que postam e rapidamente viraliza. O autor chama-nos a considerar que as mídias trouxeram mudança que agregaram pontos positivos para a sociedade, por meio de uma relação contínua, mas que também têm aberto caminho para uma velocidade nunca vista daquilo que pode ser destrutivo.

sujeito no domínio do cuidado e atenção consigo próprio. Interessa pensar: este não seria o papel da escola do nosso tempo?

A escola trata-se de um espaço formativo que constitui/mobiliza identidades. Para Louro (2008), as identidades são edificadas por inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por conjuntos inesgotáveis de instâncias sociais e culturais, que atuam de modo explícito ou invisibilizado, num processo permanente. Noções de identidades também são influenciadas por territórios, gêneros, orientações sexuais, religiões e etnias.

Na contemporaneidade, instâncias sociais e culturais multiplicaram-se, como é o caso da égide dos *smartphones*, entendidos por Han (2022) como *confessionários móveis* e do desejo de produção massiva de informações e reações (a exemplo o *like*), em um contexto de dominação neoliberal.

Nesse contexto de regime em que o controle opera, principalmente na subjetivação dos corpos, um caminho interessante pode ser o de observar os modos em que estes são maquinados, construídos e reconstruídos, na posição da normalidade e da diferença. Aí está um caminho potente para o processo de formação inicial dos/as futuros/as professores/as.

É importante considerar que, presentes nas relações familiares, nas ruas e nas escolas, as expressões ‘vira homem’, ‘homem deve ser corajoso’, ‘homem não chora’, ‘mulher é sexo frágil’, à semelhança de tantas outras presentes nos ditos contemporâneos, suscitam práticas, reações e posturas. Estas, portanto, subjetivam os seres associando-os a papéis naturalizados como tradicionais, em que, indistintamente, os homens ocupam um *status* de privilégio. Falas e bordões incidem sobre o ‘outro’ e ‘outra’, viabilizando vulnerabilizações, segmentarizações binárias, cromossômicas, servindo, ao mesmo tempo, de sustentação para a construção dos estereótipos de gênero, tanto masculino quanto feminino, classificando-os. De um lado o forte, o bom e o mais aceito e do outro, o fraco, o ruim e o menos aceito. Santos et al (2018) afirma que generalizações como essas são repetidas nos diferentes ambientes sociais, como família e igreja, mas que a escola tem sido de considerável peso na construção dessas identidades hegemônicas e de processos de subalternizações⁸ de identidades não normativas. Ações que se configuram com discursos, conforme os citados, e estão frequentes nos espaços sociais. Por conta disso tendem a naturalizar-se⁹ e, por isso, entende-se que o desafio da educação de nosso tempo é transpor, criar caminhos para tensionar e redimensionar tais naturalizações.

⁸ Miskolci (2009) ao sinalizar o sentido para subalternia, mostra-nos se tratar dos que estão na margem e por isso são excluídos. Seriam sujeitos cujas identidades, condutas, dentre outros, não são reconhecidas dentro do campo da normatividade. O termo ajusta-se bem ao entendimento entre gênero masculino que não reconhece o feminino no âmbito da igualdade, podendo haver a mesma leitura para cor de pele, sexualidade, dentre outros. Em síntese, são sujeitos que acabam não tendo reconhecimento social de igualdade, logo, subalternizados.

⁹ Para Foucault (2011a), a naturalização de um dado discurso ocorre porque ele enraíza-se de forma profunda no pensar, agir e cotidiano das pessoas. Bem instalados e eficientes, parecem proceder do interior da pessoa e estarem lá desde sempre, ao invés de serem percebidos como discursos historicamente estabelecidos. No entanto, é a percepção construcionista que permite tirar tais questões do campo natural. O autor reforça a necessidade de olhar o discurso arqueologicamente, devido às possibilidades de aceitar a verdade como uma conformação histórica e jamais uma questão natural ou naturalizada e isso se dá por meio de normas internas dos saberes de certo contexto e por meio da análise do mesmo em suas contradições.

Considera-se, portanto, que essas expressões são elementos-chave para construção de identidades, não seriam elas mesmas os principais fatores que inquietam um/uma adolescente em processo de construção e fortalecimento de sua identidade? Não seria este um dos principais aspectos a serem admitidos pela instituição escolar como importantes para qualificação e formação do/a estudante no final do Século XXI? Como é possível e viável auxiliá-lo/a? Como é possível estabelecer relações pedagógicas significativas para promoção de situações de aprendizagem potentes e vívidas – que reconheçam os/as estudantes como seres com individualidades e que habitam o mundo? Entende-se, neste estudo, que este é o desafio que cai sobre o/a educador/a, a escola e o processo de formação inicial e continuada de professores/as no contemporâneo.

Nesse sentido, o presente estudo está interessado em atentar para as discussões de corpo, gênero e sexualidade (interseccionalidades) em um documento orientador nacional, juntamente de escritos de estudantes de um curso de formação inicial, com intuito a dar a pensar acerca dos atravessamentos que têm ressonado nos nossos espaços formais de escolarização. Vivências, memórias e subjetividades serão articuladas com o que tem nos apresentado o documento norteador e orientador dos currículos no Brasil.

METODOLOGIA

Este estudo, de abordagem qualitativa (DOWNEY; IRELAND, 1979), ensaia acerca do documento da BNCC (BRASIL, 2018) juntamente com uma atenção para a materialidade analítica dos escritos de estudantes de graduação de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas de uma universidade pública brasileira. Ensaio que é sustentado em referências de autores/as que se debruçam sobre o tema, sobre sua relevância e implicação no contemporâneo.

Os escritos produzidos pelos/as estudantes foram acessados por via de reflexão que uma disciplina de caráter pedagógico, intitulada ‘Corpo, Gênero e Sexualidade’ mobilizou. Na referida disciplina tem sido proposto a elaboração de um memorial – no formato digital¹⁰, para todos/as os/as discentes matriculados/as. A partir de suas experiências, enquanto graduandos/as, 98 estudantes foram chamados/as a tecer escritos - com traços memoriais - que narrassem suas vidas, histórias e circunstâncias vivenciadas na escola¹¹. Nesse sentido, Shumann (1986) nos auxilia ao mostrar que o/a professor/a inicia sua formação profissional muito antes do ingresso em uma graduação, processo que começa a se construir durante suas trajetórias pessoais ainda na escola, na Educação Básica. E, é na universidade que suas memórias podem ser de considerada valia, no desenho que o constituirá professor/a.

Assim, diante dos escritos dos/as participantes da disciplina, teve-se a referência da análise do discurso, como norteia Fischer (2001) e Fernandes (2012), a partir das orientações de Michel Foucault (2011). Consoante direciona Fischer (2001), a busca investigativa da análise do discurso visa chegar à complexidade e a peculiaridade dos discursos, despreendendo-se do vício de aprendizado que olha o discurso como conjuntos de signos e/ou significantes de determinados

¹⁰ Marcuschi (2004) e Miskolci (2011) consideram as mídias digitais recurso de uso prático pluralista e de considerado potencial, mas reforçam ser recurso ainda pouco explorado em pesquisas de campo nas ciências humanas.

¹¹ Nenhum/a discente será identificado/a ao longo da pesquisa. Os códigos (Participante 1; Participante 2; entre outros) preservam o anonimato dos/as participantes sem nenhuma hipótese de identificação.

conteúdos. A proposta é de não se render a tal ou qual significado, quase sempre oculto, dissimulado, distorcido, intencionalmente deturpado, cheio de reais intenções não logo visíveis.

A busca nas memórias dos/as licenciandos/as fundamenta-se no conceito de esta pode ser tomada como uma matéria-prima para mapear os fatos e compreender as bases de pensamentos, nas quais se pautam as ações de inclusão, exclusão, sociedade, controle, corpo e desejo. Ellis (2004) aponta que a memória capturada, por meio da escrita, fortalece a base de dados de investigação, sendo uma forma de analisar as experiências passadas que se tornam objeto de observação e estudo. Nesta modalidade de investigação, é possível verificar a interação entre o universo pessoal subjetivo e o que o cerca, com todo o seu caráter sociológico. Trata-se de “[...] um método que pode ser usado na investigação e na escrita, já que tem como proposta, descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural” (ELLIS, 2004, p.12).

Desta forma, o estudo, adequado aos projetos e desafios do Grupo de Pesquisa Masculinidades, Cultura, Educação e Subjetividades - GPMCES, traz consigo distintas escritas que narram vidas, marcadas por sensações e elementos, apresentados pelos/as estudantes – que nos apresentam aspectos potentes para identificar práticas de controle e docilização dos corpos. Trata-se de algo que:

[...] possibilita, portanto, o desenvolvimento tanto da consciência sobre as experiências vivenciadas, quanto o autoconhecimento situando o narrador como sujeito de sua própria história [...]. Com essa compreensão, percebemos que a narrativa possibilita a reconstituição de processos históricos e socioculturais vivenciados nos diferentes contextos da formação e do exercício da profissão docente (BRITO, 2010, p. 55).

Nesse caminho, é em Foucault (2011) que encontramos melhor compreensão do discurso como prática social. Para o autor, trata-se de um modo de ação no mundo, forma de representação e que mantém relações dialéticas com a estrutura social. Assim, é desta forma que se pode tecer do discurso constituir e contribuir para a construção de sujeitos, objetos e conceitos, ou mesmo de identidades sociais, relações sociais entre as pessoas e sistemas de saberes e referências. Daí a importância de situações educacionais que impulsionem o exercício de memória com futuros/as professores/as.

Assim, inicialmente a pesquisa toma por referência as análises feitas no documento da BNCC. Em seguida, foca nos recortes de escrita memorial de discentes de licenciatura, com vistas a dar a pensar acerca das discussões de corpo, gênero e sexualidade.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e

coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 324).

O recorte supracitado define que o desafio hoje é agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação – considerando conhecimentos das Ciências da Natureza. A partir dessa afirmativa, emerge a seguinte indagação: se esse desafio é da escola, do/a professor/a, do sistema educacional, como é viável alcançá-lo? De que modo dar subsídios aos profissionais da educação para que possam cumprir tamanha empreitada?

Considerar a BNCC (BRASIL, 2018) e o debate que aqui suscita, permite tensionar a citação inserida acima. A BNCC, como documento orientador e norteador da elaboração dos currículos, adquire destaque por emitir discursos que incidem sobre a escola e as práticas educativas. Com vistas a atentar para a abordagem da última versão da BNCC (BRASIL, 2018) sobre as discussões de corpo, gênero e sexualidade, a analítica empreendida realiza uma busca desses termos no referido documento.

No que tange a palavra corpo, ela aparece 285 vezes, sendo que apenas 5 vezes descreve-o em um contexto biológico¹² e, mesmo assim, se ausentando de discuti-lo profundamente em seu contexto social, cultural e psicológico. A palavra gênero aparece 320 vezes no documento, sendo que se destaca apenas em contextos textuais, de narrativas, descritivos, expositivos, entre outros, momento algum trazendo o complexo embate masculino-masculino-feminino. A palavra sexualidade aparece 3 vezes, sendo que todas aparecem no contexto biológico, salientando questões reprodutivas, métodos contraceptivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

Na intenção de estabelecer possíveis relações com os termos anteriores, realizou-se uma busca pela palavra desejo em todo a extensão do documento. Ela aparece 8 vezes, sendo que 5 vezes durante os anos iniciais (ressaltando o campo da experiência do indivíduo), 1 vez em meio ao diálogo a respeito da importância do contato com a diversidade, 2 vezes na dimensão do conhecimento e sua finalidade.

De modo algum interessa desmerecer a importância de diálogos envolvendo assuntos e direcionamentos dados aos referidos termos em outras abordagens e áreas do conhecimento. Ao contrário, nos interessa enfatizar que o documento que afirma a importância do acolhimento não parece promover – com altivez – a criação de espaços para dialogar, refletir e tensionar acerca do corpo, gênero e sexualidade.

Em um dos trechos do documento, emerge tal afirmativa:

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (BRASIL, 2018, p. 15).

¹² No restante das ocorrências, o termo corpo aparece atrelado a: direitos de aprendizagem na educação infantil; objetivos de aprendizagem e desenvolvimento; menção às atividades humanas na área de Linguagens e Educação Física; Competências específicas para o ensino fundamental; Práticas corporais no ensino fundamental – vinculadas a noção de performance; Corpos celestes nas ciências da natureza; Finalidades do ensino médio; entre outras.

A partir do excerto extraído da BNCC (BRASIL, 2018), é possível inferir que nosso país tem historicamente naturalizado as desigualdades sociais. Tal afirmativa é coerente com o que se visualiza nas produções que tramam historicidade, política e educação escolar. Contudo, dicotomicamente, o mesmo documento que se propõe transformar essa realidade acaba por retroalimentar tais entendimentos e práticas. O que, conseqüentemente, ocasiona, aos professores e professoras, insegurança em abordar temáticas relacionadas à tríade corpo, gênero e sexualidade. Por isso, interessa perguntar: como implementar os preceitos de autonomia, protagonismo, autogestão – que são o cerne do discurso da BNCC (BRASIL, 2018) – se não desenvolve-se a capacidade de habitar as questões que os/as próprios/as estudantes trazem para sala de aula? Como é possível qualificar práticas pedagógicas se não se desloca a atenção para o que os próprios estudantes demandam?

Tais questionamentos encontram respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), especialmente o Artigo 3º, ao afirmar que a educação deve ter princípios como: igualdade de condições para o acesso pleno à educação; liberdade de ensinar; respeito à liberdade e apreço à tolerância. Por ser assim, ainda que a escola tenha o princípio de discutir questões emblemáticas da sociedade, é possível perceber a ausência desses diálogos na prática, principalmente quando a própria BNCC não potencializa tal relevância. Embora a BNCC apresente os termos ‘autonomia, resiliência e respeito’, o silêncio quanto a discussões de corpo, gênero e sexualidade é ensurdecador.

Adentrar no debate, na busca por entendimentos, nos chama a considerar que a ofensiva antigênero, a que se referem as mudanças nos papéis sociais de gênero e que têm ocupado espaços e debates de destaque na sociedade. Infelizmente não é algo ocorrido somente aqui no Brasil, faz parte de um fenômeno transnacional. Para Junqueira (2019), diferentes países têm mobilizado forças negando avanços sociais, comprometidos em extinguir ou reduzir conquistas feministas, ignorar a adoção de medidas de equidade de gênero, na tentativa de reduzir garantias de não discriminação, refutar reconhecimento de direitos sexuais como direitos humanos.

Para o autor, tais grupos pressupõem atuar a favor da primazia da família, na educação dos filhos e de uma capacidade de gerir a esfera pública como sendo privada. Eles afirmam seus valores e interesses em nome da família. Juntos anseiam promover uma remodelagem conservadora de ordem social e sexual, sustentada em parâmetros tradicionais, de modo a reafirmar hegemonias, valores de patriarcado, reiterar seus postulados, hierarquias, sistemas de poder. Igualmente suas estruturas e privilégios (JUNQUEIRA, 2019).

A referência aqui é a uma atual ofensiva antigênero situada dentro de alianças entre conservadores e neoliberais, em uma confluência que tem motivado a se pensar e considerar um novo conservadorismo ou neoconservadorismo. Notemos que, mesmo tais deslocamentos nos remeta aos movimentos de contracultura na década de 1970 nos Estados Unidos. Para Vaggione; Machado; Biroli (2020) o termo conservador tem sido usado para caracterizar um fenômeno contemporâneo de movimentações de grupos, religiosos ou não, que envolve moral, religião, sexualidade e famílias, em uma coalizão complexa e que tem se alastrado mundo afora.

No entanto, quando o silenciamento impera, reiteram-se processos de não reconhecimento de si, do outro e das diferenças, tendo em vista que não aproxima dos sujeitos, bem como da possibilidade de pensar/atentar para questões de gênero, de sexualidade, de identidade, mantendo

na sociedade seus processos de não reconhecimento e, por que não, de violência. Invisibilizar a necessidade de reconhecimento e de se aprender acerca do corpo, gênero e sexualidade, o que também tem relação com identidades e diferenças, reforçado pelo pós-estruturalismo (SILVA, 2007), é um movimento de naturalização do silenciamento.

Quando discussões dessa natureza são omitidas na BNCC (BRASIL, 2018), fica evidente uma marginalização, ou mesmo falta de reconhecimento da importância de estudos e aprendizagens que envolvam o corpo, o gênero, a sexualidade, as identidades e todos os conflitos que tais demandas trazem sobre o sujeito em construção. Foucault (2007), por exemplo, é norteador na importância, na magnitude e no valor desse debate. Mas algo aqui toma relevo, por ser a BNCC um documento oficial, tais estudos e debates jamais poderiam ser ignoradas, uma vez que elas estão na escola, elas vão com o/a estudante, seus conflitos e, consideradas vezes, podem colocá-los/as em uma condição de vulnerabilidade (SANTOS et al, 2018). Diante do exposto, o que fica evidente é o modo como o documento oficial invisibiliza o tema. Isso é possível verificar no trecho da BNCC (BRASIL, 2018) quando descreve que,

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da educação especial. Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira (BRASIL, 2018, p. 327).

No trecho acima não é possível identificar elementos que tensionem gênero e sexualidade, o que demonstra que a BNCC, apesar de discursar acerca do apreço pelo corpo e sobre diferenças individuais, não dá respaldo para importantes temáticas – a saber, gênero e sexualidade (em um sentido distinto do biologicizado, cromossômico e binário). Daí novamente o questionamento, como se omitir é possível? Por sua vez, quando tensionamos porque tal omissão é identificada, é possível inferir que se trata de um documento que passou por três versões diferentes, sendo homologada em dezembro de 2018, período presidencial de Michel Temer, em que o Brasil passa por um momento complexo e conturbado no que tange o campo da política partidária conservadora, respingando na consolidação da BNCC. Logo, mesmo que sua elaboração tenha avanços em 2015, sua tessitura foi dividida em duas etapas que correspondem à educação básica, sendo elas os Anos Iniciais e o Ensino Fundamental e o Médio. Referente ao Ensino Médio, o documento correspondente foi agregado logo após a finalização das suas primeiras etapas. Inclusive, durante toda a sua organização, discussão e análise o material foi alvo de objeções. Nesse ensejo, o documento assim orienta,

É fundamental que tenham condições de ser protagonistas na escolha de posicionamentos que valorizem as experiências pessoais e coletivas, e representem o autocuidado com seu corpo e o respeito com o do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva (BRASIL, 2018, p. 343).

O documento afirma a importância da construção do sujeito, da valorização das experiências e dos diálogos a respeito da saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Em contrapartida, é o mesmo que se ausenta em abordar questões de gênero e orientação sexual. Nesse campo de debate, Santos et al (2018) afirma que quando a escola desconsidera as identidades diversas, tendo como referência princípios exclusivamente vinculados ao pendor religioso e patriarcal, esta pode contribuir para o crescimento de estatística de suicídio¹³ entre estudantes que não se reconhecem parte do grupo heteronormativo.

Diante dessa restrição, vale ressaltar que as temáticas de gênero e sexualidade, constantemente são vinculadas a informações superficiais e quase sempre em nível de senso comum e problemáticas, a exemplo: doutrinação nas escolas; ideologia de gênero; escola influenciar crianças a começar sua vida sexual mais cedo; entre outros discursos. Tais argumentos têm sido veiculados em espaços públicos e televisionados, por pessoas públicas em todas as instâncias do país. Exemplificando, um direcionamento do discurso entre deputados sinaliza que,

A ideologia de gênero afirma que "ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida". Então o que significa gênero? Gênero seria uma construção pessoal, autodefinida, ou seja, ninguém deveria ser identificado como homem ou mulher, mas teria de inventar sua própria identidade. Quer dizer que essas pessoas acham que "ser homem" e "ser mulher" são papéis que cada um representa como quiser? Exatamente. Para eles, não existe "homem" e "mulher", cada um deve inventar sua própria personalidade, como quiser (GALLI, 2015, câmara legislativa).

As informações presentes na referida citação não correspondem aos conhecimentos científicos produzidos e que atentam para temática (LOURO, 1999, 2018; SANTOS et al, 2018 FOUCAULT, 2007). Ademais, pode-se observar que dentre os discursos citados a insegurança, a falta de informação e incerteza em relação ao trabalho do/a docente considera diálogos e reflexões que abordam a sexualidade dispensáveis. Nesse campo, Santos et al (2018) permitem afirmar que no Brasil, parte da violência reproduzida no ambiente escolar se baseia na intolerância de gênero e sexualidade, embora o ambiente educacional seja sinônimo de pluralidade. Por ser assim, é de responsabilidade formativa o reconhecimento e acolhimento de tais corpos e vidas, sem que estes sejam subalternizados ainda mais.

Outro referencial importante dentro desse debate vem do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que tem dentre os seus objetivos o desenvolvimento da sustentabilidade, a ser alcançado pelo Brasil até 2030. Para tanto, é preciso a eliminação de todas as formas de discriminação e violência de gênero, sejam elas alusivas à raça, idade, deficiência, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, cultural e religião. Entretanto, a última versão homologada da BNCC (BRASIL, 2018) anula discussões e reflexões a respeito de gênero e sexualidade. Logo, como

¹³ Santos (2016), em levantamentos feitos numa cidade do Interior de Minas Gerais, com 1600 adolescentes de 14 a 18 anos, mostra como o processo da construção das masculinidades pode expor adolescentes ao risco de suicídio. Relatórios da Organização Mundial da Saúde, desde as décadas de 1960 trazem o crescente destes números, sinalizando termos o suicídio entre adolescentes e jovens até 27 anos, como terceiro maior de morte no mundo. Russell; Joyner (2001), em seus estudos, demonstram o quanto o processo de construção das identidades de sexualidade e gênero são questões complexas e que, ao não alcançar à identidade esperada, desencadeia quadros depressivos e riscos de suicídio inevitável entre adolescentes e jovens homens de 14 a 27 anos.

regimentar e fortalecer o/a professor/a nesse movimento de formação e superação de todas as formas de preconceito, incluindo aqueles vinculados ao gênero e sexualidade?

Ao retomar a atenção para o documento que norteia currículos e docência – BNCC (BRASIL, 2018), verifica-se o seguinte:

É também finalidade do Ensino Médio o aprimoramento do educando como pessoa humana, considerando sua formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa, ética, democrática, inclusiva, sustentável e solidária, **a escola que acolhe as juventudes** deve ser um espaço que permita aos estudantes: conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais (BRASIL, 2018, p. 466, grifo nosso).

Diante do exposto, parece problemático o fato de que o documento que afirma a importância do respeito e acolhimento ser o mesmo que invisibiliza a pluralidade, contribuindo para que com que o/s sujeito/s se sintam deslocado/s e/ou silenciado/s perante o coletivo, levando em conta que temáticas inerentes à própria existência não permeiem documentos indispensáveis para formação escolar. Além disso: por que o/a educador/a se proporia a ocupar e ampliar esse espaço de formação, reflexão e diálogo se não encontra respaldo suficiente em um documento dessa magnitude? Aí está o desafio no processo formador dos/s futuros/as professores/as na contemporaneidade escolar brasileira. Tendo em vista tamanho desafio, a seguir serão traçados empreendimentos analíticos que aproximam os escritos de estudantes de licenciatura com reflexões teóricas concernente à temática. Como será que esses/as futuros/as professores/as de Biologia retratam as experiências vividas no ambiente escolar? Como pensam e consideram os efeitos de práticas empreendidas nas escolas, visando seus corpos juvenis, desejos e como tais demandas ocorreram e como as percebem agora?

CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DAS DISCUSSÕES DA SEXUALIDADE

No Brasil, estudos tais quais os desenvolvidos por Louro (1999); (2004); (2008) e, no exterior, os de Connell (1995) vêm crescentemente referenciando debates na esfera da sexualidade e do gênero, a complexidades do tema e sua importância na sociedade, no processo educativo, é um desafio a ser superado no nosso tempo. Assim, com vistas a iniciar esse recorte do estudo, tensiona-se acerca do campo da sexualidade, a partir do empreendimento escritural do Participante 2:

*Jamais vou esquecer quando escutei de meus avós que **caso eu tivesse uma sexualidade diferente da heterossexual, isso seria uma vergonha e que traria desprezo e desgosto para minha família. Ouvi eles falarem que caso fosse homossexual ou bissexual eu só seria considerado parte da família novamente se fizesse por merecer, se eu fosse bem-sucedido e assim eles me respeitariam. Eu sempre achei que me amariam de qualquer jeito, porém eu estava enganado, aparentemente eles amam o garoto que eu finjo ser. Após isso eu me fechei mais com os membros da minha família e só conseguia me sentir acolhido na escola, por causa dos meus amigos. A maior problemática disso tudo e o que mais me incomoda é essa batalha constante para ter que se reafirmar por ser diferente do padrão social, como se fosse uma luta para existir e conquistar respeito (Participante 2, grifo nosso).***

O trecho em destaque na citação acima convoca a ponderar alguns sentidos e, ao mesmo tempo, permite trazê-los como entendimento de que as subjetividades estão no sujeito e, por isso, podem não atender às expectativas externas, ou seja, da família e dos demais espaços sociais. Considerar que *sexualidade diferente da heterossexual, isso seria uma vergonha*” evoca a pensar e mesmo arrazoar sobre os injustos processos de subalternização e a rigidez da heteronormatividade. Um desafio, às vezes intransponível a quem sente-se fora da norma (MISKOLCI, 2009), isso porque entendemos que quando nos referimos as concepções acerca do gênero e de sexualidade, elas habitam – afetam e são afetadas – nas/por inúmeras perspectivas, além do conhecimento biologizado ou mesmo naturalizado, conforme aponta Michel Foucault (2007).

Gênero e sexualidade são conceitos construídos social e culturalmente. Historicamente seus entendimentos são atribuídos aos homens e às mulheres – em um duplo – instaurando seu ideário papel social, sendo o homem provedor da casa e a mulher sua zeladora. Tais convicções sociais são balizadas sob forte influência dos costumes cristãos, permite salientar Foucault (2007). Ele descreve que o discurso moral e religioso é centrado na domesticação de corpos, sendo que para dominá-los age de forma sutil para que a disciplina seja predominante, tendo um papel de controle e dominação em meio à sociedade. Estaria sendo esse o papel ocupado e reproduzido pela avó (mencionada pelo Participante 2) que busca enquadrar o corpo e o desejo do neto, impondo-lhe uma única condição para aceitação? Papel este experienciado por muitos outros corpos, que não poderiam ser reduzidos ao exemplo anterior?

Em 2014, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apresentou um livro que trouxe orientações para discussões em torno da ‘educação em sexualidade para o cenário brasileiro’. No documento é descrito que a educação em sexualidade se trata de experiências vividas pelo indivíduo ao longo da sua vida, fazendo parte de todos os espaços de socialização. Contudo, em meio à sociedade, essa educação em sexualidade acaba ocorrendo de forma fragmentada, silenciosa e oculta. Ademais, o sistema escolarizador pode se tornar um território fértil no que tange a organização e compreensão das dimensões da formação humana, dialogando sobre questões transversais que contribuem para o entendimento a respeito da sexualidade, o que não é possível visualizar no documento da BNCC.

Ao considerar que a escola brasileira é ambiente formativo que acolhe diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, ela é importante elo para que sujeitos compreendam suas relações com o mundo. A escola pode ser espaço de acolhimento, inclusive quando o foco for refletir acerca das negações que o próprio sistema familiar lhe impõe (como é o caso da própria sexualidade), e a BNCC poderia inspirar esse debate. O recorte a seguir sinaliza esses riscos e vulnerabilidades:

Após a minha primeira aula o relato do professor me marcou muito porque me deslocava ao meu período de escola, ao contar sobre como ele acolheu uma aluna que se assumiu para ele com um simples gesto de afeto e escuta sensível, sem nada cobrar ou colocar. Simplesmente ele escutou. Isso me trouxe à tona uma lembrança durante meu caminho para casa naquele dia após a aula dele. A lembrança era de quando eu morava com meus familiares e recebia sermões e havia sempre discussões sobre como eu me vestia, meus hábitos e rotinas de cuidados com meu cabelo e corpo. Em uma das discussões, essas pessoas que deveriam me acolher e amar, me disseram uma das piores coisa que eu ouvi na

minha vida e que dali por diante, perdi o rumo me refugiando na escola. Lá eu podia ser eu sem muita preocupação (Participante 20, grifo nosso).

A partir da escrita do/a participante 20, interessa perguntar: será papel da escola determinar/limitar caminhos ou auxiliar/traçar horizontes de possibilidades para que os/as estudantes produzam suas próprias estratégias para viver no mundo, para se perceber na sociedade com dignidade e respeito? Ampliar leituras de mundo é o papel de uma instituição educativa no contemporâneo, inclusive quando a temática é gênero e sexualidade, já que tais aspectos habitam os corpos que chegam até a escola.

É importante salientar que discussões a respeito de gênero e sexualidade têm sido uma luta histórica da qual pesquisadores/as e professores/as têm percorrido, ao longo de anos, um desafio. Desterritorializar visões de mundo totalizadoras e limitantes acerca de gênero e sexualidade é sobre tornar o mundo mais habitável para os corpos que escapam do discurso heteronormativo (FOUCAULT, 2007). Trata-se de ampliar o acolhimento, cultivar a cultura da paz e do respeito. Conforme relata Guacira Louro (2018) em seu livro 'Corpo educado: pedagogias da sexualidade',

Como jovem mulher, eu sabia que a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferentemente, de forma reservada. A sexualidade — o sexo, como se dizia — parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga próxima. "Viver" plenamente a sexualidade era, em princípio, uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada com um parceiro do sexo oposto. Mas, até chegar esse momento, o que se fazia? Experimentava-se, de algum modo, a sexualidade? Supunha-se uma "preparação" para vivê-la mais tarde? Em que instâncias se "aprendia" sobre sexo? O que se sabia? Que sentimentos se associavam a tudo isso? (p.7).

Afinal, reflexões em torno da sexualidade estão exclusivamente no ambiente familiar? De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998), sim. Por ser assim, discussões relacionadas ao gênero, sexualidade, respeito de si e ao outro, bem como à pluralidade, carecem de ser temas transversais nas escolas, por estarem relacionados à vida e à saúde do indivíduo, cujo objetivo é combater e reduzir preconceitos. A escola pode possuir o papel central de mediar o compartilhamento de saberes, de informações e resultados de pesquisas cientificamente construídas, acerca de temáticas atreladas ao gênero e sexualidade (LOURO, 2018).

Uma das justificativas da importância dessa discussão pelo PCN é que, desde a década de 1970, inúmeras transformações sociais vêm acontecendo e, dentre elas, a mudança de comportamento dos jovens dos anos de 1960; o surgimento dos movimentos feministas e grupos que lutam em prol do controle de natalidade (LOURO, 2018) e mesmo os amplos estudos sobre masculinidade e seu papel no patriarcado. Também estudos de masculinidade tóxica com a mulher e/ou com os próprios homens (CONNELL, 1995). Isso porque os/as estudantes trazem para escola muitas marcas de suas vivências rotineiras, inclusive no espaço familiar, conforme é possível verificar no recorte a seguir:

*Durante a minha vida inteira sempre houve julgamento e preconceito por ser um menino mais afeminado e por isso não se encaixar nos padrões sociais, **esses julgamentos vinham diretamente de minha família**. Na escola e em festas, quando estava com meus amigos eu me sentia mais livre e podendo ser quem eu*

realmente era (mostrar minha verdadeira personalidade), diferente com minha família onde sempre fingia ser quem não era para que não tivesse que ouvir que meus hábitos eram muito femininos para um garoto (Participante 6, grifo nosso).

Quando se está atuando como professor/a e esse relato surge, como agir, simplesmente reagimos ou somos preparado para? Quando o espaço familiar não acolhe, como proceder ou preparar o/a professor/a para promover uma situação educativa? O pequeno fragmento grifado na citação acima traz uma condição que, como educadores/as, não podemos ser indiferentes a todas essas questões presentes na sala de aula. Os estudos de Connell (1995) são pródigos em apontar para a importância de um debate coerente nesse campo. É razoável que se torna preciso evitar o agravamento da questão, além das implicações já sinalizadas.

A vulnerabilidade que se tem percebido entre adolescentes e jovens (SANTOS et al, 2019) passa por essa invisibilização, é, muitas vezes, decorrente dela. Por mais que historicamente haja resistência em abranger corpo, gênero e sexualidade, os diálogos e debates acadêmicos só começaram a fazer parte do ambiente de formação a partir dos anos 1980, devido ao aumento de casos como a gravidez precoce entre adolescentes, as DSTs, incluindo aí os alarmantes contextos da *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (AIDS), nos anos de 1980 (LOURO, 2018). Outrossim, é válido considerar que ainda existe uma persistência e falta de informação, por parte de boa parte das famílias, em discutir a respeito de gênero, sexualidade e orientação sexual, por exemplo, afetando na ampliação de quadros depressivos e, em alguns casos, suicídios, segundo sinalizado anteriormente (SANTOS, 2016). Por conta disso, a escola pode ser esse elo de ampliação de estudos e aprofundamentos quanto à temática, permitindo um diálogo aberto e franco entre família e escola.

IMPLICAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DECORRENTES DOS SILECIAMENTOS DA BNCC

O/a educador/a se encontra diariamente em contato com o ambiente escolar, vivencia e partilha com seus/suas estudantes múltiplos cotidiano. Mesmo que não conheça detalhes da vida de cada um, é importante reconhecer que em sala de aula existe uma pluralidade de indivíduos e que tratá-los como meros/as recebedores/as de informações é algo incoerente, consoante Louro (2008). Isso porque a instituição escolar possui um compromisso humano e social para o pleno desenvolvimento da autonomia e senso crítico dos/as estudantes, sendo os/as docentes e sua capacidade de lidar com tais questões sujeitos indispensáveis. Contudo, não basta a apropriação de um discurso, conforme descrito nas competências gerais da BNCC (que ressalta a importância de valorizar a diversidade e vivências dando liberdade e autonomia, já apresentado), se o mesmo documento se silencia e invisibiliza a importância da reflexão diretamente ligada à construção da identidade do sujeito – questão desencadeadora de conflitos ao/a adolescente do nosso tempo. Diante dessas afirmativas, o que pensam estudantes que estão em processo de formação, refletindo sobre suas vidas, formações de base e agora se preparando para a docência?

Na minha opinião, como estudante de uma licenciatura de Biologia, entendo agora que o debate de gênero e sexualidade é muito importante no âmbito escolar, porque é com ele conseguimos desconstruir os estereótipos que estão inseridos na sociedade. Ou até mesmo melhor preparar o estudante para assédios e abusos sexuais. Percebe-se que muitos alunos e alunas na sua infância

já são repreendidos pelos pais e espaços sociais, que colocam parte do corpo como algo proibido ou até mesmo sujo. Na escola o educador pode ajudar o melhor entender dessa questão. Até porque sabemos que a questão de gênero vai muito além de sexualidade. Como futura professora de Biologia, a importância desse debate não pode restringir-se a ensinar cromossomos XX e XY. Por outro lado, o debate de gênero e sexualidade abre caminhos, permite ao aluno a ciência de ter, não apenas um professor, mas um amigo, e que ele independente do que seja, e é parte da sociedade como qualquer outro integrante (Participante 28).

Os grupamentos ‘Assédios e abusos sexuais¹⁴’ e ‘pais e espaços sociais que colocam parte do corpo como algo proibido ou até mesmo sujo’ já nos trazem o questionamento: a formação dos/as professores/as precisa ter esse compromisso? Para quê? Louro (2008), em seu trabalho deixa nítida essa urgência e importância. O recorte a seguir nos elucida e amplia os elementos discursivos:

Foi o entrar num curso de formação de professores e cursar a matéria de corpo, gênero e sexualidade, que minha visão limitada foi alterada. No meu ponto de vista a discussão sobre corpo, gênero e sexualidade vai muito além de quebrar os paradigmas da heteronormatividade. É sobre olhar para os nossos corpos e entender que é diferente do corpo de qualquer outra pessoa, é sobre criar empatia e solidariedade sobre os sentimentos e desejos das pessoas ao redor (Participante 35).

Quando o/a Participante 35 afirma que o debate de ‘gênero e sexualidade vai muito além de quebrar os paradigmas da heteronormatividade. É sobre olhar para os nossos corpos e entender que é diferente do corpo de qualquer outra pessoa criar empatia e solidariedade sobre os sentimentos e desejos’, é possível identificar e perceber um movimento que nos desloca a outros elementos, como a importância de não calar as inquietudes que emergem com os/as estudantes na escola (LOURO, 2008). Nesse caminho, o recorte a seguir aponta para a importância de o espaço escolar acolher perguntas e inquietudes dos/as estudantes:

Hoje eu entendo que o debate sobre sexualidade e gênero nas escolas se faz necessário. É necessária sua discussão para o melhor entendimento de crianças e adolescentes sobre seus corpos e uma ressignificação para alguns que não saibam entender os corpos e gêneros dentro da escola e sociedade, aprendendo a reconhecer as diferenças sem tanto estranhamento. Também se vê a necessidade dessa implementação quando sabemos que no país atual têm muitos registros de abusos com crianças que não têm o conhecimento por não saberem o que é o abuso e não entenderem o que são os seus corpos (Participante 17).

Neste estudo, destaca-se a relevância de vivências, durante a formação inicial, que ampliem o repertório do/a futuro/a docente acerca da temática. Destaca-se a urgência de cultivar práticas

¹⁴ O Anuário Brasileiro De Segurança Pública (2022) descreve que, entre 2020 e 2021, os índices já altos tiveram um aumento, mesmo que discreto, no número de estupro no Brasil, oscilando de 14.744 para 14.921. A questão é que por serem registros oficiais, o número de ocorrências é consideravelmente alto. Uma vez que um número significativo ocorre e não se faz registros. No que tange ao estupro de vulnerável, no mesmo documento o registro é de 43.427 oscilando para cima, alcançando 45.994. Destes, 35.735, 61,3% foram cometidos contra meninas menores de 13 anos.

menos preconceituosas e excludentes no espaço formativo (em diferentes níveis e modalidades), consoante sinaliza Santos et al (2018). O recorte que segue vem nos mostrar o valor desse debate na formação inicial ao afirmar,

Quando penso na disciplina Corpo, Gênero e Sexualidade, a forma como foi apresentada, cumpriu um objetivo de agregar a formação de futuros professores. Os estudos e debates de sexualidade e gênero, tendo como base o livro "História da Sexualidade" de Foucault, trouxe aos alunos uma nova e diferente visão sobre a vida, além de evidenciar a sexualidade com o passar do tempo, seus meios de controle e todo o discurso imposto aos indivíduos desde antes o seu nascimento. Quando ele trouxe e contextualizou o tema para a docência, vi que é de extrema importância, nos permitindo ter domínio sobre o assunto (Participante, 49).

A relevância de práticas no Ensino Superior que atentem para discussões envolvendo corpo, gênero e sexualidade, mesmo invisibilizadas em documentos com o papel de nortear o Ensino Fundamental e Médio na escola, podem e são entendidas aqui como pontapé inicial para qualificar vivências formativas na educação básica que priorizem a liberdade e o reconhecimento de si, diminuindo a vulnerabilidade e processos de subalternizações de identidades. Assim, acredita-se ser possível contribuir – à semelhança de uma reação em cadeia – com a redução dos altos índices de vulnerabilização que encontramos no contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E um direito do indivíduo falar de si, do Ser e das relações que o rodeiam que o contribui para sua formação como indivíduo. Não ter um debate aberto sobre tema que estão presentes em nosso dia a dia e que nos entrecapam só corroboram com a desinformação que resultam em momentos paliativos para tratar da doença. Falar de corpo, gênero e sexualidade em sala de aula possibilita o autoconhecimento e autonomia sobretudo num ambiente de escola básica em que a curiosidade é mãe de todas as insanidades. Não tive essa oportunidade de falar abertamente sobre minhas curiosidades, desejos e sexualidade, sempre foi tabu o que naturalmente só aumentou a curiosidade, dilemas e lutas comigo mesmo por acreditar que até meu pensamento era errado ou sujo. Isso provavelmente é reproduzido em sala de aula por professores que, iguais a mim, não tiveram esse lugar de liberdade, não se trata simplesmente de uma questão de teoria ou contravenção e sim de uma necessidade urgente (Participante 03).

A escola, enquanto construção humana, carece ser berço para promoção de espaços de pensamento e reflexão que, inclusive, tensionem práticas de silenciamento e invisibilização dos corpos. Quando, em cursos de formação docente, identifica-se a presença de escritos que salientam o quanto é urgente abordar (com fundamentação teórica e científica) temáticas sobre gênero e sexualidade, entende-se que estas precisam ser consideradas, já que em um passado não tão distante, tais estudantes vivenciaram a escola e, por isso, retratam o que se enfrenta no cotidiano – que contempla a escola em seu escopo. Assim, compreende-se a urgência de abrir brechas para transformar o que temos feito de nós mesmos nos espaços formais de escolarização, o que inclui, invariavelmente, o papel da formação inicial de professores/as.

Nessa esteira, um documento de orientação para elaboração dos currículos que invisibiliza a reflexão referente ao corpo, gênero e sexualidade, não apenas deixa de incentivar a produção de práticas pedagógicas que estejam vinculadas à ampliação do repertório estudantil para sua própria

formação (autocuidado; autoformação; empatia; cooperação; entre outros), mais que isso, ele sonha ao/a estudante a oportunidade de utilizar de bases científicas para entender e compreender seu próprio corpo e sua existência no mundo. Ao mesmo tempo, é identificado que tanto o silêncio quanto as interseccionalidades na BNCC dificultam e desestimulam professores/as no desenvolvimento de práticas e reflexões científicas envolvendo a temática.

Parafrazeando um/a dos/as escritores que contribuíram para esta pesquisa, reforça-se que é “*um direito do indivíduo falar de si*” e que “*não ter um debate aberto sobre tema que estão presentes em nosso dia a dia e que nos interpassam só corroboram com a desinformação*”. Para além, “*Falar de corpo, gênero e sexualidade em sala de aula possibilita o autoconhecimento*”.

É de conhecimento que um documento de caráter orientador e seu conteúdo não é garantia para o desenvolvimento de reflexões e formações com tal ênfase na escola. A implementação de práticas no espaço escolar demanda de uma série de relações de forças: sociais; políticas; pais/mães/responsáveis; equipe gestora e diretiva; secretarias de educação; material didático apropriado; políticas públicas; entre outros. Entretanto, a inexistência de um debate no documento da BNCC (BRASIL, 2018) já é, a nosso ver, um grande dificultador que prejudica na criação e qualificação de práticas no espaço formal de escolarização.

O combate ao preconceito, violência e intolerância na escola passa pela ampliação da promoção do conhecimento científico como meio para compreender o mundo, a realidade e o próprio corpo. Portanto, o presente artigo permitiu traçar em que medida o documento da Base Nacional Comum Curricular invisibiliza discussões interseccionais que envolvem corpo, gênero e sexualidade. Aponta, a partir da escrita de discentes de licenciatura, o quanto é urgente o cultivo de práticas que contribuam – de fato – para que estudantes do nosso tempo possam experimentar situações de autocuidado, autoformação, empatia e cooperação. Emerge do estudo, também, a necessidade, cada vez mais nítida, de admitirmos discussões de corpo, gênero e sexualidade como parte da formação necessária para formação de cidadãos do nosso tempo.

REFERÊNCIAS

BIENZOBÁS, S. M. **Adolescência, internet e saúde mental**: uma revisão de escopo. 2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> Acesso em 28 de agosto de 2023

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf . Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL, PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL/MEC. **Base Nacional Comum da Formação dos Professores da Educação Básica**. Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 de junho de 2022

BRITO, A. E. Narrativa escrita na interface com a pesquisa e a formação de professores: In: MORAES, D. Z.; LUGLI, R. S. G. O. (Org.). **Docência, pesquisa e aprendizagem**: (auto) biografias como espaços de formação/investigação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2. 1995.

DELEUZE, G. **Nietzsche e a Filosofia**. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, p. 15-41, 2006.

DOWNEY, H. K.; IRELAND, R. D. Quantitative versus qualitative: the case of environmental assessment in organizational. In: **Administrative Science Quarterly**, vol. 24, no. 4, December 1979

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã... diálogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ELLIS, C. **The Ethnographic I: A Methodological Novel About Autoethnography**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

FERNADES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FISCHER, R. M. B. **Foucault e a análise de discurso em educação**. Cadernos de pesquisa. Porto Alegre: n.114. 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Ed. São Paulo: Loyola. 2011a.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins e fontes. 2011b

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Não-coisas: reviravoltas do mundo da vida**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

JUNQUEIRA, R. D. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: MARIANO, Alessandro et al. (Orgs.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.p.135-140.

IPEA – **Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: **Ipea**, 2010. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>. Acesso em: 10 out. 2022.

LOURO, G. L. **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica. 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes. 2008.

MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, vol. 7, no 15, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital**. In: MARCUSCHI, L. A. XAVIER, A. C. S. (Orgs.). Hipertexto e Gêneros Digitais. Rio de Janeiro: Lucerna. 2004.

MISKOLCI, R. **O armário ampliado**: Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. Niterói: Gênero. 2009

MISKOLCI, R. **Novas conexões**: Notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, v. 12. n.2. 2011.

SANTOS, W. B. **Adolescência heteronormativa masculina**: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária. São Paulo: Editora Intermeios. 2016.

SANTOS, W. B.; SANT’ANNA, MOTA, M. C.; FALEIRO, W. **Suicídio universitário**: uma questão de identidade ou de profissionalização. Goiânia: Kelps, 2019.

SANTOS, W. B.; SANT’ANNA, T. F.; DIAS, W. F.; FALEIRO, W. **O masculino e o feminino na escola: as contradições da norma e da forma discursivamente impostas**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

RUSSELL, S. T.; JOYNER, K. **Adolescent sexual orientation and suicide risk**: Evidence from a national study. American Journal of Public Health. 2001.

SHULMAN, Lee. **“Those Who Understand: Knowledge Growth in teaching”**. In: Educational Researcher, Washington, AERA, p. 4-14. 1996

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

THIENGO, E. R; RIBEIRO, G. A. M. **Discutindo Gênero e Sexualidade na escola: um guia didático-pedagógico para professores**. Instituto Federal do Espírito Santo: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo Pró-Reitoria de Extensão e Produção, 2019. 106 p. ISBN 978-85-8263-463-9. Disponível: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/561404/2/MPECM_Produto%20Educativo_E-book_Guilherme%20Augusto%20Maciel%20Ribeiro_Turma%202015-DS_%20V%20final_21.10.2019.pdf Acesso em: 10 out. 2022.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. - Brasília, 2014. 53 p., il. Disponível: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762> Acesso em: 10 out. 2022.

Recebido em: 17 de maio de 2023

Aprovado em: 04 de setembro de 2023